

Termo de Referência 99/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
99/2023	153038-UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA	ADRIANA PATRICIA FERREIRA DO CARMO	16/11/2023 11:24 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Serviços		23066066098/2023-01

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de mobiliário em geral, equipamentos industriais e materiais de apoio aos restaurantes, a fim de atender demandas da PROAE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO	SIPAC /CATMAT OU CATSER	UNID. FORNEC.	QUANT. TOTAL	PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	ARMÁRIO INOX AÉREO PARA COPA/COZINHA MÓDULO PARA COZINHA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. COMPRIMENTO: 150 CM. LARGURA: 70 CM. ALTURA: 85 CM . ADENDO: ARMÁRIO AÉREO EM AÇO INOX 430. PROFUNDIDADE/LARGURA: MÍNIMO 40 CM . ALTURA: MÍNIMA 55 CM. 02 PORTAS COM SISTEMA DE CORREDIÇA. UMA PRATILEIRA INTERNA. ACOMPANHAM PARAFUSOS, E BUCHAS PARA FIXAÇÃO.	5242000150643/ 239735	UNIDADE	3	R\$ 2.729,33	R\$ 8.187,99
2	BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL, CAPACIDADE PESAGEM: 500 KG Balança Eletrônica Capacidade Pesagem: 500 KG Voltagem: 220 V Características Adicionais: Digital Tipo: Digital Número Dígitos: 6 Dimensões: 480 X 714 MM Tipo Painel: Cristal Líquido Com Iluminação Material: Aço Carbono. ADENDO: PLATAFORMA DA BALANÇA EM AÇO INOXIDÁVEL, DOTADA DE RODIZIO	5204000006092/ 445489	UNIDADE	5	R\$ 3.184,25	R\$ 15.921,25

3	BALCÃO TÉRMICO, SELF SERVICE, 04 CUBAS AQUECIDAS, CORRE BANDEJAS. BALCÃO TÉRMICO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. COMPRIMENTO: 175 CM. LARGURA: 76 CM. ALTURA: 91 CM. COMPONENTES: CUBAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BANHO MARIA. QUANTIDADE RECIPIENTE: 4 UN. ADENDO: BALCÃO SELF SERVICE PARA CUBAS GNS 1/1 DE CENTRO (1/2 SAIA). COM CORRE BANDEJAS EM INOX E COBERTURA DE VIDRO (NÃO VEM COM AS CUBAS). DIMENSÕES APROXIMADAS: 148X69X90 CM. VOLTAGEM: 220 V. 04 CUBAS QUENTES.	5228000000279/ 451566	UNIDADE	5	R\$ 10.032,75	R\$ 50.163,75
4	BALCÃO TÉRMICO, SELF SERVICE, 4 CUBAS REFRIGERADAS, CORRE BANDEJA EM INOX. BALCÃO TÉRMICO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 151 CM, LARGURA: 120 CM, ALTURA: 85 CM, COMPONENTES: PISTA FRIA COM UNIDADE CONDENSADORA HERMÉTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VITRINE SUPERIOR VIDRO RETO DE 10MM DE ESPESSURA, TIPO RODÍZIO: DOIS LATERAIS DE CORRE BANDEJA, QUANTIDADE RECIPIENTE: 4 UN. TIPO RECIPIENTES: GN 1/1-65 COM ALÇAS E TAMPA. ADENDO: BALCÃO SELF SERVICE PARA CUBAS GNS 1/1DE CENTRO (1/2 SAIA). COM CORRE BANDEJAS EM INOX E COBERTURA DE VIDRO (NÃO VEM COM AS CUBAS). . DIMENSÕES APROXIMADAS: 148X69X90CM. 04 CUBAS . REFRIGERADA.	5228000000278/ 254906	UNIDADE	5	R\$ 13.922,61	R\$ 69.613,05
5	BANDEJA METÁLICA. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. FORMATO: RETANGULAR. COMPRIMENTO: 430 MM L A R G U R A : 330 MM. ADENDO:7 DIVISÓRIAS (5 PARA GUARNIÇÕES, 1 PARA COPO, 1 PARA TALHERES), DIMENSÕES: COMPRIMENTO 430 MM A 450 MM, LARGURA 330 MM A 350 MM, ALTURA 20 MM. ESPESSURA: 0,6 MM; PESO APROX.: 780 G;	3021000000361/ 256023	UNIDADE	1.500	R\$ 161,99	R\$ 242.985,00
6	BATEDEIRA INDUSTRIAL , MATERIAL CORPO: FERRO, MATERIAL EIXO: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL ENGRENAGEM: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL TACHO: AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO, TIPO ROLAMENTO: BLINDADO, QUANTIDADE VELOCIDADE: 2, ALTURA: 130 CM, CAPACIDADE: 40 L, COMPRIMENTO: 78 CM, LARGURA: 45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, POTÊNCIA MOTOR: 1,50 CV. ADENDO: MATERIAL DO CORPO EM FERRO, EIXO E ENGRENAGENS EM AÇO INOXIDÁVEL, TACHO EM AÇO	5228000000275/ 219123	UNIDADE	2	R\$ 14.621,50	R\$ 29.243,00

	INOXIDÁVEL ESCOVADO, CAPACIDADE 40 LITROS, MOVIMENTO PLANETÁRIO COM REGULADOR DE VELOCIDADE. COM 03 BATEDORES PARA MASSAS.					
7	CONJUNTO ESCOLAR TRAPEZIONAL, COMPOSTO 06 MESAS, 06 CADEIRAS E 01 MESA CENTRAL, TAMANHO INFANTIL. CONJUNTO ESCOLAR COMPONENTES: MESA E CADEIRA. TAMANHO: CJC-01. TRATAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA: TINTA EM PÓ HÍBRIDA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO RECICLADO ADENDO: CONJUNTO ESCOLAR TRAPÉZIO COMPOSTO DE 06 MESAS, 06 CADEIRAS E 1 MESA CENTRAL – TAMANHO INFANTIL (FAIXA ETÁRIA DE 2 ANOS). TAMPO DA MESA CONFECCIONADO EM RESINA TERMOPLÁSTICA ABS MEDINDO APROXIMADAMENTE 660MM X 240MM X 440MM COM 390MM DE PROFUNDIDADE, COM ESPESSURA MÍNIMA DA SUPERFÍCIE DE 4,5MM E BORDAS COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4MM, BORDA FRONTAL DO TAMPO COM 35MM E BORDA DE CONTATO COM O USUÁRIO COM 20MM. CADEIRA COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO, FIXAÇÃO ATRAVÉS DE PARAFUSOS. ASSENTO COM BORDAS ARREDONDADAS, CONTATO COM AS PERNAS DO USUÁRIO TOTALMENTE BOLEADA, SUPERFÍCIE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4MM, MEDINDO 340MM DE LARGURA POR 340MM DE PROFUNDIDADE. ALTURA ASSENTO AO CHÃO: 350MM. ESTRUTURA DO TAMPO DA MESA E DAS CADEIRAS DE TUBOS EM AÇO INDUSTRIAL PINTADOS COM TINTA EM PÓ HÍBRIDA BRANCA. TAMPO DAS MESAS E CADEIRAS COLORIDAS.	5242000150644/ 432798	UNIDADE	10	R\$ 3.543,01	R\$ 35.430,10
8	CUBA GASTRONÔMICA GN 1/1 X 65 MM, INOX, PARA SERVIR ALIMENTOS PARA BUFFET MESA RECIPIENTE ALIMENTOS. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL AISI 304. CAPACIDADE: 9 L. APLICAÇÃO: COZINHA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM ALÇAS. FORMATO: RETANGULAR ALTURA MÍNIMA: 65 MM. COMPRIMENTO: 530 MM. LARGURA: 325 MM ADENDO: CUBA GASTRONÔMICA GN 1/1, CAPACIDADE: ENTRE 8,5 L E 9,5 L. É PRODUZIDA PARA SERVIR ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS EM BALCÃO SELF SERVICE OU BUFFET DE MESA, RECHAUD	3021000000362/ 444003	UNIDADE	40	R\$ 191,63	R\$ 7.665,20
9	CUBA GASTRONÔMICA INOX, COM TAMPA E ALÇA RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GASTRONORMS/ LIGA 18,8 AISI 304. REFERÊNCIA: 1/1-100 MM ADENDO: CUBA	3021000000359/ 317062	UNIDADE	40	R\$ 229,90	R\$ 9.196,00

	GASTRONÔMICA INOX GN 1/3X100 MM 3,3LITROS COM ALÇA + TAMPA 1/3 EM INOX COM RECORTE . DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 32,5 CM. LARGURA: 17,5 C. ALTURA: 10 CM					
10	CUBA GASTRONÔMICA, INOX, COM RECORTE, ALÇA E TAMPA RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GASTRONORMS/ LIGA 18,8 AISI 304. REFERÊNCIA: 1/1-200 MM ADENDO: CUBA GASTRONÔMICA GN 1/1 X 200MM COM ALÇA E TAMPA 1 /1 RECORTE, PRODUZIDA 100% EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTAMPAGEM MONOBLOCO (SEM SOLDA), PROPORCIONANDO HIGIENE E DURABILIDADE.	3021000000360/ 317053	UNIDADE	40	R\$ 430,93	R\$ 17.237,20
11	FRITADEIRA COM CESTO PARA FRITURA E ESCOAMENTO, 24 L. FRITADEIRA, CONSUMO: 2,5 KW/H, CAPACIDADE: 12 L. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CESTO DE ESCOAMENTO COM 02 DEPÓSITOS DE 06 LITROS, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, POTÊNCIA: 5.000 W, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO INOXIDÁVEL, AMPERAGEM: 22,7 A. ADENDO: FRITADEIRA ÁGUA E ÓLEO, DUAS POSSIBILIDADES DE SELEÇÃO DE POTÊNCIA DE TRABALHO, SENDO ELAS DE 5000W E 8000W, DOIS CESTOS PARA FRITURA. FREQUÊNCIA: 50-60HZ . CAPACIDADE TANQUE – ÓLEO: 24 L . CAPACIDADE TANQUE – AGUA: 14 L . CAPACIDADE TANQUE – SAL: 1 KG. CARGA MÁXIMA NO CESTO: 2 KG (2X). ÁREA DE FRITURA (LXP): 378 X 378 MM. (2X) . DIMENSÕES APROXIMADAS AXCXL: ALTURA: 87 CM, LARGURA: 57,5 CM, COMPRIMENTO: 97 CM . PESO: 28.20 KG -	5228000000276/ 449478	UNIDADE	1	R\$ 7.299,00	R\$ 7.299,00
12	GAVETEIRO MÓVEL. MATERIAL PLÁSTICO.ENCAIXE 12 CAIXAS ORGANIZADORAS. APLICAÇÃO BRINQUEDOS. ORGANIZADOR. MATERIAL: PLÁSTICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIVISÓRIAS AJUSTÁVEIS PARA GAVETA, RÉGUAS ENCAIXÁVEIS-. COMPRIMENTO: 36,7 CM. ADENDO: ENCAIXE PARA 12 GAVETAS/CAIXAS. COMPRIMENTO LATERAL/ PROFUNDIDADE MEDINDO ENTRE 30 COM E 40 CM. APLICAÇÃO ORGANIZAÇÃO DE BRINQUEDOS.	5242000150645/ 458927	UNIDADE	8	R\$ 418,05	R\$3.344,40
13	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, MATERIAL BASE: AÇO INOX,MATERIAL COPO: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 25 L, TENSÃO NOMINAL: 220 V, POTÊNCIA MOTOR: 1,5 CV. LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, MATERIAL BASE: AÇO INOX, MATERIAL COPO: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE:	52280000000274 / 481373	UNIDADE	4	R\$ 2.693,00	R\$ 10.772,00

	25 L, TENSÃO NOMINAL: 220 V, POTÊNCIA MOTOR: 1,5 CV. ADENDO: LIQUIDIFICADOR BASCULANTE, COM CAVALETE; VOLTAGEM: 220V, POTÊNCIA DO MOTOR: 1,5 CV, CAPACIDADE: 25 LITROS, ALTURA:118CM, PROFUNDIDADE: 88CM.					
14	MÁQUINA LAVAR LOUÇAS, 150 GAVETAS/H. MÁQUINA LAVAR LOUÇAS, MATERIAL: CHAPA AÇO INOXIDÁVEL, MODELO: PROFISSIONAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPACIDADE 150 GAVETAS/H, AQUECIMENTO ENXAGUE 36 KW, MESA ENTRADA DE 2 METROS C/PÉS INOX, 15 GAVETAS PRATOS, 4 CUMBUCAS, 3 TALHERES, 2 BANDEJAS E 2 PARA COPOS. POTÊNCIA: 50 KW. POTÊNCIA MOTOR: 2 CV. VOLTAGEM: TRIFÁSICO - 220 V. ADENDO: COM SISTEMA TRANSPORTADOR DE GAVETAS ATRAVÉS DE ESTEIRA TRANSPORTADORA, SISTEMA DE SEGURANÇA, AQUECEDOR ELÉTRICO E MOTO BOMBA DE ENXAGUE INCORPORADO, PORTAS DE INSPEÇÃO. SISTEMA DE LAVAGEM A 55/65 °C, ENXAGUE 80/90 °C.	5228000000277/ 305112	UNIDADE	5	R\$ 122.574,33	R\$ 612.871,65
15	PASS THROUGH QUENTE, 2 PORTAS, EQUIPAMENTO MULTIUSO COZINHA EQUIPAMENTO MULTIUSO COZINHA. MATERIAL ESTRUTURA: AÇO INOXIDÁVEL. MATERIAL ISOLAMENTO: POLIURETANO. QUANTIDADE PORTAS: 2 UN . APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL. TIPO FUNCIONAMENTO: AQUECIDO. VOLTAGEM: 220 V ADENDO: PASS THROUGH EM INOX INTERNO E EXTERNO, SEM AS CUBAS GNS. MEDIDAS: 75X80X200CM. 1 PORTA NA FRENTE E 1 ATRÁS. CAPACIDADE DE GNS 1/1: GN 65MM:28 GN 100MM:28 GN 150MM:14. 220V. MEDIDAS APROXIMADAS. PÉS COM RODÍZIOS.	5228000000281/ 601210	UNIDADE	7	R\$ 14.413,71	R\$ 100.895,97
16	PASS THROUGH REFRIGERADO, 2 PORTAS, EQUIPAMENTO MULTIUSO COZINHA INDUSTRIAL EQUIPAMENTO MULTIUSO COZINHA, ALTURA: 2,05 M, APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL, COMPRIMENTO: 0,80 M, LARGURA: 0,78 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANTONEIRAS INTERNAS CAPACIDADE 44 GNS, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO INOXIDÁVEL, QUANTIDADE PORTAS: 2 UN, TIPO FUNCIONAMENTO: REFRIGERADO, RESISTÊNCIA: 540 KW, POTÊNCIA MOTOR: 1.500 W, VOLTAGEM: 220V, MATERIAL ISOLAMENTO: POLIURETANO. ADENDO: PASS THROUGH EM INOX INTERNO E EXTERNO, SEM AS CUBAS GNS, LARGURA ENTRE 0,75M E 0,78M, ALTURA ENTRE 2,0M E 2,05M, 1	5228000000280/ 473367	UNIDADE	7	R\$ 21.771,76	R\$ 152.402,32

	PORTA NA FRENTE E 1 ATRÁS, CAPACIDADE DE GNS 1 /1: GN 65MM: 28 GN 100MM:28 GN 150MM:14. (MEDIDAS APROXIMADAS). PÉS COM RODÍZIOS					
17	REFRIGERADOR ALIMENTOS INOX , QUANTIDADE PORTAS: 4 UN, CAPACIDADE: 1.044 L. REFRIGERADOR ALIMENTOS, QUANTIDADE PORTAS: 4 UN; CAPACIDADE: 1.044 L, TEMPERATURA: 1° A + 7° °C TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 127 V; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REVESTIMENTO EXTERNO EM AÇO INOX 430. ADENDO: PÉS COM RODÍZIOS, REFRIGERAÇÃO POR AR FORÇADO, DEGELO AUTOMÁTICO, 4 PRATELEIRAS ARAMADAS E AJUSTÁVEIS, CONTROLADOR ELETRÔNICO DIGITAL COM INDICADOR DE TEMPERATURA, PODE SER 220V.	5212000000506/ 483276	UNIDADE	2	R\$ 9.198,99	R\$ 18.397,98
					VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 1.391.625,86

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de publicação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, na forma do artigo 22 do Decreto nº 11.462/2023.

1.5. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.6. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.7. Será permitida a utilização da ata de registro de preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, atendendo ao disposto no Decreto nº 11.462 de 2023, art. 31 e seus inciso.

1.8. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.9. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e seus adendos.

1.10. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-000001/2023

II) data da publicação no PNCP: 19 de maio de 2023

III) ID do item no PCA : 313/ 750/ 942/ 967/ 1198/ 1261/ 1529/ 1530/ 1577/ 1578/ 1592

IV) Classe/Grupo: 7195 - Mobiliários diversos e acessórios/ 7125-Armários e estantes/ 6670-Escalas e Balanças/ 7350-Louças e artigos de mesa/ 7110- Mobiliário para escritório/ 7330-Utensílios e ferramentas manuais de cozinha/ 7310- Equipamentos para /cozinha, assar, servir alimentos/ 7320-Equipamentos e aparelhos de cozinhas/ 3510-Equipamentos para lavanderia e lavagem a seco/ 4110- Equipamentos para refrigeração

V) Identificador da Futura Contratação:

Classe /Grupo	Id do item no PCA	Identificador da futura compra
7125-Armários e estantes	1198	91/2022
6670-Escalas e Balanças	750	27/2022
7350-Louças e artigos de mesa	1592	76/2022
7110- Mobiliário para escritório	313	10/2022
7330-Utensílios e ferramentas manuais de cozinha	942	58/2022
7310- Equipamentos para/cozinha, assar, servir alimentos	967	58/2022
7320-Equipamentos e aparelhos de cozinhas	1577	56/2022
	1578	56/2022

3510-Equipamentos para lavanderia e lavagem a seco/		
4110- Equipamentos para refrigeração	1530	56/2022

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Para o Conjunto Escolar Infantil (item 07), só será admitido os bens nos termos da Portaria INMETRO nº 401 de 28 de dezembro de 2020, a Portaria INMETRO nº 105 de 06 de março de 2012, Decreto 9315/2018 e legislação correlata.

4.3. Para Batedeira (item 6), só será admitido os bens nos termos da Portaria INMETRO nº 142 de 28 de março de 2022 e legislação correlata.

4.4. Para a Fritadeira (item 11), Balcão térmico (itens 03 e 04) e Lavadora de Louças (item 14), só serão admitidos nos termos da Portaria INMETRO nº 148 de 28 de março de 2022 e legislação correlata.

4.5. Para os equipamentos Pass Through Refrigerado (item 15) e Pass Through Aquecido (item 16), só serão admitidos nos termos da Portaria INMETRO nº 148 de 28 de março de 2022 e legislação correlata.

4.6. Para Refrigeradores (itens 17), só será admitida a oferta do produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) “A” ou “B”, nos termos da Portaria INMETRO nº 266 de 09 de agosto de 2023 (altera a Portaria 332/2021), que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória e legislação correlata.

4.7. Para Liquidificador (item 13), só será admitido os bens nos termos da Portaria INMETRO nº 06 de 05 de janeiro de 2022 e legislação correlata.

4.8. Para a balança (item 02), Portaria INMETRO nº 200 de 02 de dezembro de 2014 legislação correlata.

4.9. Será exigido o critério de sustentabilidade ambiental quanto a aceitação das propostas relativas aos objetos citados

Da exigência de amostra

4.10. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.11. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.11.1. Para o item 07- Conjunto Escolar Infantil (faixa etária 2 anos)

4.12. As amostras poderão ser entregues no endereço **Creche UFBA/ Endereço: R. Padre Feijó, 52 - Canela, Salvador - BA, 41110-170**, no prazo limite de **05 dias**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.13. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.15. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.15.1. Verificar a estrutura da mesa, a anatomia, ergonomia, estabilidade, resistência, conforto e segurança.

4.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.18. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.19. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **05 (cinco) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.20. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.21. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.22. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega/ execução

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da notificação do Empenho, em remessa única, nas Unidades da UFBA dos campi Salvador, conforme endereços listados:

5.1.1. Restaurante Universitário Manoel José de Carvalho (RU Ondina)/ Endereço: Av. Milton Santos - Ondina, Salvador - BA, 40170-110

5.1.2. Ponto de Distribuição São Lázaro (PDSL)/ Endereço: Estrada de São Lázaro 197, Federação, CEP: 40.210730

5.1.3. Ponto de Distribuição Vitória (PDV)/ Endereço: Av. Sete de Setembro, 2382 - Vitória, Salvador - BA, 40080-005

5.1.4. Ponto de Distribuição Canela (PDCA)/ Endereço: Vale do - Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Canela, Salvador - BA, 40110-100

5.1.5. Ponto de Distribuição IGEO/ Endereço: R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-290

5.1.6. Ponto de Distribuição Politécnica/ Endereço: R. Prof. Aristides Novis, 02 - Federação, Salvador - BA, 40210-630

5.1.7. Creche UFBA/ Endereço: R. Padre Feijó, 52 - Canela, Salvador - BA, 41110-170

5.1.8. Coordenação de Material e Patrimônio - CMP/ Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, S/N, Ondina, Salvador, 40170-115

5.1.9. Pró- Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE)/ Endereço: Rua Caetano Moura nº 140 - Federação, Salvador - Bahia - Brasil - CEP - 40210-905

5.2. Os bens deverão ser entregues na Unidade/Órgão da UFBA, conforme endereço devidamente explicitado através de e-mail enviado pela Unidade Solicitante, no momento do envio da Nota de Empenho, no horário das 08h30min às 16h.

5.2.1. Montar e instalar os mobiliários e equipamentos no momento da entrega ou conforme solicitação da CONTRATANTE, sem qualquer ônus ou custo adicional para a UFBA.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A Ata de Registro, como instrumento equivalente ao contrato, é o documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação.

6.2. As disposições contidas em Edital e seus anexos deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (dias)**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique

proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra

impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral, sob demanda, por meio da emissão de Nota de Empenho.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação .

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1.1. Fornecimento de no mínimo 1 (um) item objeto da licitação.

8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.391.625,86

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.391.625,86 (um milhão, trezentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.

9.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constantes no processo administrativo, elaborado com base nas normas estabelecidas pela Instrução Normativa ME/SGD nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

9.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da nota de empenho.

11. Obrigações do Contratante

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021; 11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

11.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

11.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

12. Obrigações do Contratado

12.OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada na localidade da contratante;

12.2.1. Montar e instalar os mobiliários e equipamentos no momento da entrega ou conforme solicitação da CONTRATANTE, sem qualquer ônus ou custo adicional para a UFBA.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5. Atender às determinações regulares emitidas pela contratante (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar à contratante, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.10. Comunicar à contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.12. Manter durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.13. Cumprir, durante todo o período da vigência da ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;

12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13. Infrações e Sanções Administrativas

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;

b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c. der causa à inexecução total do contrato;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste documento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

1. Moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. UASG 153038 Termo de Referência 33/2023 Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 24 de 32

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA PATRICIA FERREIRA DO CARMO

Membro da Equipe de Planejamento e Contratação



Assinou eletronicamente em 16/11/2023 às 11:24:19.

ELISABETE PEREIRA DA SILVA NASCIMENTO

Membro da Equipe de Planejamento e Contratação

WAGNER MIRANDA GOMES

Autoridade competente

CASSIA VIRGINIA BASTOS MACIEL

Autoridade competente